

aul

# JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente do Conselho*J. A. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MAURO GUIMARÃES — *Diretor*•  
MARCOS SÁ CORREA — *Editor*•  
FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*•  
AUGUSTO NUNES — *Editor Executivo*

## Falso Brilhante

As últimas decisões da Assembléia Nacional Constituinte pareceriam enquadrar-se muito bem no conhecido *slogan* do governo: *Tudo pelo Social*. Há muito tempo não se via tão generosa distribuição de benesses: oito dias de licença para o pai, quando do nascimento do filho, e quatro meses para a mãe; hora extra paga com 50% de vantagem sobre a hora de trabalho normal; um terço a mais de salário para o empregado que tira férias, etc.

Com isto, a Constituinte volta a um estágio que parecia ter abandonado: a aflição de incluir no texto “garantias” para o trabalhador, mesmo quando elas configuram assuntos característicos de legislação ordinária. É o medo de que a lei comum “não pegue”; a crença de que a lei maior é mais forte. Ora, uma Constituinte que descrê da legislação ordinária está serrando o galho da sua própria respeitabilidade: se nem os constituintes acreditam na lei, quem acreditará?

Por um outro aspecto, os constituintes vão no mesmo rumo do Executivo no que se refere à definição do que seja o apoio ao “social”. O que foi feito com os últimos artigos aprovados equivale aos projetos de dar leite de graça, ou moradia, ou outros itens do “baú da felicidade”. Por esse rumo, nunca se sai do paternalismo; e o povo continua eternamente dependente.

É mais do que tempo de mudar essa mentalidade, que é a própria definição do atraso. Lutar pelo “social” seria, por exemplo, estabelecer afinal um sistema decente de transporte, que não obrigue o trabalhador a sair de casa às 5 da manhã, a viajar longos percursos semi-adormecido, a regressar tarde da noite nas mesmas condições.

Mais que isso: a visão “social” é a que prepara o indivíduo para ser um verdadeiro cidadão, no

invés de amarrá-lo eternamente na “segunda classe” através da doação que desestimula e que não ensina nada. Faz parte da mais velha sabedoria chinesa: melhor que dar um peixe é ensinar a pescar.

O que é o “social”? Basicamente, educação e saúde — alicerces para uma vida de trabalho. Mas estamos tão atrasados neste terreno que as estatísticas informam serem mais difundidos eletrodomésticos como a televisão do que a infra-estrutura básica de água e esgoto.

É na educação que se forjam realmente as diferenças de classe — bem mais do que no simples critério da afluência. Uma boa educação faz o indivíduo saltar logo alguns graus da escala social. Mas o governo que se vangloria de tratar do “social” continua a não dispor — como não dispuseram seus antecessores — de uma política séria para a educação. Liquidou-se a escola pública no Brasil; e o povo obviamente não tem condições de pagar colégios particulares — que, aliás, estão em crise pela pressão causada pela inexistência de um verdadeiro ensino público.

O “social” também está ligado ao desenvolvimento. Um país que cresce e produz riqueza terá, obviamente, muito mais condições de financiar uma boa infra-estrutura e de oferecer trabalho bem remunerado. Mas a visão primária do “social” não pensa no desenvolvimento — intimamente ligado à livre iniciativa: pensa em criar restrições e ônus para a empresa privada. Inventando hipotéticas benesses, enfraquece a vitalidade da atividade econômica. Vai-se sangrando a galinha dos ovos de ouro. No fim desse processo, não haverá dinheiro para pagar os muitos benefícios que se quis oferecer. E todos estarão nivelados na pobreza. É o oposto do “social”.